

OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS FUNDADOS NA BAHIA E CAPITANIAS VIZINHAS DURANTE O PERÍODO COLONIAL

André de Almeida Rego*

RESUMO

Esse artigo busca identificar os aldeamentos indígenas formados na Bahia e nas capitanias adjacentes durante o Período Colonial. A partir de pesquisas em fontes diversas como as correspondências dos missionários, autoridades régias e imperiais e na bibliografia correlata, traçou-se uma cartografia dos núcleos indígenas, procurando-se oferecer pistas sobre sua localização atual. Foram acrescentadas informações relativas ao histórico de fundação e transformações ocorridas nas referidas povoações ao longo do tempo, que, para muitos aldeamentos, a partir do século XVIII, significou a sua conversão em vila ou freguesia. Também são trazidas informações referentes à demografia desses núcleos de índios. Uma das intenções primordiais é demonstrar a forte presença indígena na história da Bahia durante o Período Colonial e século XIX, relacionando-se, nesse sentido, com as propostas de estudos recentes no campo da história indígena, os quais, dentre outros objetivos, esforçam-se por desconstruir a ideia de invisibilidade dos índios na experiência histórica após a chegada dos europeus.

Palavras-chave: índios, aldeamentos, Bahia, Colônia, missionários.

ABSTRACT: INDIGENOUS SETTLEMENTS FOUNDED IN BRAZILIAN BAHIA STATE AND NEIGHBOR CAPTAINCIES DURING COLONIAL PERIOD

This article seeks identify the indigenous settlements founded in Bahia State and neighbor Captaincies during Colonial Period. Using searches in several sources as correspondences of missionaries, authorities of Portuguese Crown and Brazilian Empire and correlate bibliography, one realized cartography of indigenous places, intending offer evidences about its present localization. Was increased relatives information on foundation historic and changes occurred in those settlements during signaled times, that, for much places, at eighteenth centuries forward, signified its conversion in village or district (*freguesia*). As well, information relative to demography of those Indian settlements was registered. The fundamental intention is demonstrate the strong presence of Indians within history of Bahia during Colonial Era and nineteenth century. In this sense, the job links with the proposals of recent researches on history of Indians, whose objectives seek deconstructing the idea of invisibility of the Indians in historical experience after arriving European.

Keywords: Indigenous people, settlements, Bahia, Colony, missionaries.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia-UFBA, mestre em História Social pela UFBA, graduado em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Salvador-UCSAL. Atualmente, é professor adjunto de Humanidades lotado no *Campus* Paulo Freire/ Teixeira de Freitas da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, Brasil. E-mail: almeida_rego@yahoo.com.br

Introdução: considerações sobre os dados à disposição

Sobre os aldeamentos da Bahia e de suas capitânicas vizinhas ao longo do Período Colonial, estabeleceu-se uma relação de sua localização, buscando identificar a sua origem, acrescentando dados quanto às etnias que os constituíam, assim como informações demográficas. Nesses dois casos, muitas vezes é complicado estabelecer uma precisão: no caso das etnias, as fontes, quando não são omissas, apresentam classificações variadas; enquanto que, no que toca à população, as diferenças nos critérios de contabilização do número de fogos, casais, homens adultos, além do processo de dispersão temporária ou permanente, trazem cifras muito diferenciadas para um mesmo lugar, a depender da fonte e do período. Há também que se falar na questão da sazonalidade dos contratos de trabalho, o que poderia acrescentar ou retirar habitantes por tempo determinado, gerando variação demográfica nas diversas fontes.

Aldeamentos do entorno de Salvador e regiões próximas

No século XVI, os jesuítas erigiram os primeiros aldeamentos. Em 1558, foi fundada a aldeia de Espírito Santo de Abrantes (atualmente distrito de Camaçari), composta por índios tupinambá¹. A aldeia de São João Evangelista, segundo informação de Serafim Leite, foi fundada “nas Ribeiras de Pirajá”, o que reforça a suposição de que se trate do sítio correspondente às margens do Rio do Cobre, no atual Parque Florestal da Represa de Salvador, no bairro de Pirajá. Não se obteve a data exata de fundação desse núcleo, mas se nota que, em 1560, os índios se haviam dispersado, sendo novamente reunidos pelos padres no sítio do atual município de Mata de São João. O novo aldeamento recebeu o nome de São João *ante portam latinam*, mas deixa de ser mencionado nos documentos do século XVIII, sendo sua extinção provavelmente motivada por espoliações de terras feitas pelos portugueses, além de mortes por epidemias, guerras e de deserções. O núcleo parece ser um

¹ No século XVIII, também se registra para Abrantes o etnônimo guayaná, conforme se vê no documento com a seguinte referência: Relação do número de aldeias de índios, que se criaram em vilas, nomes que se lhes deram na sua criação, com a notícia de suas situações: Bahia, 24 de abril de 1759 Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA Seção Colonial/ Dossiê Índios, maço 603.

exemplo bastante ilustrativo do que ocorreu aos grupos do litoral logo nos primeiros séculos da colonização.

Em 1561, foi fundada a aldeia de Santa Cruz, na Ilha de Itaparica. Serafim Leite também menciona trabalho de catequese dos jesuítas no sítio da capela de Nossa Senhora da Penha de França (atual bairro da Ribeira, em Salvador). Todavia não se mencionam explicitamente aldeamentos erigidos ali. Enumera-se também o aldeamento de São Pedro de Saguípe ou Saboig (Sauípe), fundado em 1561 pelos padres jesuítas Luiz da Grã, Antônio Rodrigues e Gaspar Lourenço. A área desse núcleo é de índios tupinambás (LEITE, 1945: 266-267, 281).

Nos arredores nortes da cidade de Salvador, foi fundado o aldeamento de Santo Antônio, erguido no ano de 1560. Os índios desse núcleo foram deslocados no fim do século XVI e início do século XVII. Foram distribuídos em duas novas aldeias no Recôncavo, no intuito de servirem de barreira contra os aimorés (grens/botocudos), que, em suas incursões, chegaram às proximidades dos povoados do Recôncavo. Os dois novos aldeamentos foram o de Santo Antônio, em Jaguaripe e o de São Sebastião, em Capanema. Capanema é distrito do

município de Maragojipe, região outrora sob a jurisdição de Santo Amaro, nas proximidades do rio Acupe (ou Sergipe), nas adjacências do Engenho Sergipe do Conde.

Santo Antônio, antes vinculado à vila de Jaguaripe, passou à jurisdição de Nazaré e hoje se situa dentro dos limites do município de Aratuípe. Relata Serafim Leite que, após o estabelecimento de uma trégua com os grens, “o Visitador padre Manoel de Lima encarregou o provincial de as mudar ou fundir numa só Residência, sugerindo que fosse preferida Capanema”. Diz-se mais que a Casa de Residência dos jesuítas em Santo Antônio de Jaguaripe foi encerrada em 1613 (LEITE, Op. Cit.: 267-269). Mas, seguramente, isto não significou o fim do núcleo, pois os documentos do século XVIII e XIX ainda o mencionam como aldeamento composto por índios sapucaias ou tupinambás, administrados pelo clero secular. O *Mapa Geral de todas as missões, ou aldeias de gentio manso que estão situadas nesta Capitania da Bahia, e nas mais que compreende o seu governo...* (datado de 20 de dezembro de 1758), intitula-o como Aldeamento de Jaguaripe do Rio da Aldeia, vinculado à vila de Jaguaripe, freguesia de Nazaré (invocação de Nossa Senhora de Nazaré).

No século XIX, volta a ser mencionada como aldeia de Santo Antônio, freguesia e Aldeia, município de Nazaré².

Já a aldeia de São Sebastião de Capanema aparece na documentação do século XVIII como aldeamento de Santo Antônio da Aldeia, sita nos limites da vila de Maragojipe, freguesia de São Bartolomeu – invocação de Santo Antônio (mencionado no *Mapa Geral...*). No século XIX, já não se encontra menção a essa aldeia. No Mapa Geral de 1758, tanto Jaguaripe do Rio da Aldeia (de Nazaré), quanto Santo Antônio de Maragojipe já não aparecem sob a administração dos jesuítas, mas sim do clero secular.

Sertão das Jacobinas, Jeremoabo e regiões vizinhas

Área de aldeamento jesuítico foi o sertão das Jacobinas. Sólton Natalício, na sua dissertação sobre os payayás da região de Jacobina, chama a atenção para a sintonia entre os objetivos régios de interiorização da colonização e o missionamento no sertão das Jacobinas. De fato, muitas expedições de entrada no sertão - que tinham o múltiplo objetivo de

contatar índios, prospectar metais e pedras preciosas e reconhecer o terreno – tiveram a participação de jesuítas, como ocorreu com a entrada liderada por Francisco Espinhosa, em que coadjuvou o padre jesuíta João Azpilcueta Navarro, entre 1553 e 1555.

Após o fim do domínio holandês no território de Pernambuco e capitanias vizinhas (1654), ocorreu uma reativação da presença colonizadora no sertão das Jacobinas. Agora, porém, não se tratava de empreender incursões ou descimentos, mas sim de ocupá-lo, promovendo um povoamento que tinha na atividade pecuária extensiva, na produção de sal e na mineração do ouro sua base econômica. O trabalho dos missionários na região (primeiramente os jesuítas) vinha para dar suporte a essa expansão do povoamento. Nas Jacobinas, os missionários da Companhia de Jesus contataram os tocós, os sapoyás e os payayás. Em 1656, anunciaram os jesuítas terem descoberto os amoipiras ou amaupiras (tupinambás, segundo Gabriel Soares de Sousa³) na margem ocidental do rio São Francisco. Relata-se que, em anos anteriores, os

² DÓREA, José Jacome. Mapa das Aldeias Indígenas da Província da Bahia (Salvador, 14 de janeiro de 1861). Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA)/ Seção Colonial-provincial: Série Agricultura – Mapa das Aldeias Indígenas da Província da Bahia – MAÇO 4610.

³ SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Biblioteca Digital Brasileira - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 1938. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587/preambulo/8/texto>>. Acesso em 26 de junho de 2016.

padres da Companhia de Jesus já haviam conseguido descer algumas aldeias de amoipiras para o litoral. A expedição de 1655, composta pelo padre jesuíta Rafael Cardoso e o capitão João Pereira não havia logrado êxito junto a esta nação, mas conseguiram descer várias aldeias de payayás para próximo à costa (LEITE, Op. Cit.: 272; SANTOS, 2011: 88-91).

No sertão das Jacobinas, o padre jesuíta Antônio de Oliveira fundou um aldeamento de paiaiás que teve vida curta (por volta de três anos): consta dos relatos que, em 1675, por pretensão de João Peixoto Viegas, com o apoio da Junta Governativa, cerca de 230 índios do aldeamento foram removidos para comporem a defesa das terras daquele senhorio contra outros gentios. A Junta Governativa foi composta para governar até a chegada do sucessor do governador-geral Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (visconde de Barbacena), falecido em 1675. Apesar da determinação do novo governador-geral, Roque da Costa Barreto (empossado em 1678) e a despeito das ordens régias, o aldeamento dos payayás não conseguiu se restabelecer. Outro fator a colaborar na depopulação da aldeia foi a prática dos criadores de gado (curraleiros) vizinhos à aldeia: anunciavam-se como capitães de entradas

e exigiam índios dos aldeamento jesuíticos, depois do que aprisionavam os aldeados como escravos. Os curraleiros também buscavam aliar-se aos índios, na oposição aos padres, abrindo espaço para tentar arregimentar diretamente a força de trabalho indígena.

Na região de Jacobina Velha, Jacob Rolando e João de Barros ergueram, numa aldeia de índios cariris-sapoyás, uma igreja em louvor a São Francisco Xavier. João de Barros missionou em São Francisco Xavier de Jacobina durante alguns anos, conseguindo reunir aos sapoyás outros grupos como os separenhenupãs e os borcás. É por essa razão que o núcleo, posteriormente, será designado como Aldeias dos Kiriris em Jacobina. Outras aldeias fundadas foram Itapicuru (de índios boimés), Marassarará (de índios caimbés) e Jeremoabo (de índios mongurus). A localização desses núcleos é difícil de precisar. Há a povoação de Massacarará, hoje um distrito do município de Euclides da Cunha. Mas residem dúvidas se Massacarará corresponde a Maraçarará ou se são núcleos distintos, conforme discorrido adiante. Por sua vez, Jeremoabo e Itapicuru são propriamente municípios do sertão baiano. As aldeias dos jesuítas poderiam ter sido situadas nesses locais.

Devido às tensões constantes entre missionários e curraleiros acerca do controle da jurisdição dos aldeamentos, o padre Jacob Rolando decidiu apelar a El-Rey, solicitando a demarcação de três léguas de terra para os aldeamentos de Itapicuru, Marassarará e Jeremoabo. Entendendo ser isso uma ingerência nos seus direitos, a Casa da Torre de Garcia de Ávila determinou a destruição das igrejas e casas de residências jesuíticas daquelas aldeias. Os jesuítas envolvidos nessas missões buscaram encaminhar a questão para o Tribunal da Relação da Bahia, através do Conservador Eclesiástico, “todavia, o padre Antônio Pereira, da Casa da Torre, tio de Garcia de Ávila, apressou-se a pedir misericórdia ao Reitor do Colégio da Bahia, padre Antônio Forti, de quem na realidade dependiam todas as Missões do distrito da Bahia”. A solução encontrada por Forti foi de reconciliação: aceitação do pedido de clemência produzido por Antônio Pereira, acompanhada de confissão em ato público da parte da Casa da Torre, admitindo ter procedido

incorretamente; comprometimento de não voltar a cometer o delito e de reerguer as edificações, de acordo com as ordens do Reitor (LEITE, Op. Cit.: 283-285).

Não se informa se as determinações foram seguidas pela Casa da Torre, mas, pelos dados constantes do Mapa das Aldeias de 1758, assinala-se o aldeamento de Massacarará, de índios caimbés e kiriris (perfazendo 60 casais), vinculada à vila de Itapicuru, freguesia de São João de Jeremoabo (invocação da Santíssima Trindade), sob a administração dos missionários franciscanos. Massacarará também aparece nas relações do século XIX, cf. a de 1861. O mesmo se dá com a aldeia de Itapicuru, anotada pela relação de 1758 com a designação de Missão do Itapicuru de Cima (não se informando a nação de índios que a compõe⁴), constituída de 80 casais, administrada pelos missionários franciscanos, vinculada à vila de Itapicuru, freguesia de Nazaré, cuja invocação era a de Santo Antônio e Nossa Senhora da Saúde. É por isso que o núcleo seria assinalado nos documentos

⁴ Dantas, Sampaio e Carvalho sugerem a possibilidade de serem estes índios payayás: DANTAS, Beatriz G, SAMPAIO, José Augusto e CARVALHO, Maria do Rosário. Os povos indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras-FAPESP-SMC, 1992. p. 431-456.

do século XIX como Aldeamento de Nossa Senhora da Saúde do Itapicuru ou Santo Antônio do Itapicuru⁵.

Não há menção, por sua vez, do aldeamento de Jeremoabo, de índios mongurus, na lista de 1758 ou na documentação do século XIX. Serafim Leite, em nota de rodapé, traz a notícia de que os mongurus de Jeremoabo deixaram a catequese jesuítica e passaram a fazer guerra aos cariacás, em 1679 (Op.Cit.: 286). Em Jacobina, a relação de 1758 aponta o aldeamento do Senhor Bom Jesus da Jacobina, sob a administração dos missionários franciscanos, vinculada à vila de Jacobina (freguesia de Santo Antônio), cuja invocação era a do Senhor Bom Jesus, composta por 100 casais de índios sem identificação étnica registrada. Na documentação do século XIX, a aldeia tem o nome de Senhor Bom Jesus da Glória⁶.

Cruzando-se essas informações com os dados constantes na obra do frade franciscano Venâncio Willeke, percebe-se

que a permanência dessas aldeias foi fruto de um processo de re-fundação, no qual a ordem jesuítica cedeu lugar à franciscana. Assim, ao invés de apor a informação *aceita* (com a letra A), para os aldeamentos em questão, Willeke anota que elas foram *fundadas* (marca-as com a letra F) pelos franciscanos: Itapicuru de Cima foi fundada em 1689, mesmo ano para o qual se informa a fundação de Massacará; Bom Jesus da Jacobina tem sua inauguração marcada com o ano de 1706 (WILLEKE, 1974: 84).

Willeke segue dando mais informações que ofertam interessantes sugestões: retirando-se os jesuítas das missões situadas na sesmaria da Casa da Torres (com ameaças de escusa definitiva), os próprios Garcia de Ávila, o arcebispo da Bahia e o governador geral recorreram a diversas ordens religiosas. Eles percebiam que a colonização do sertão não poderia se viável sem o apoio do trabalho de catequese empreendido pelos missionários. Por outro lado, dona Leonor Pereira Marinho, uma das Senhoras da

⁵ P.e: Ofício sem data e sem menção nem de remetente nem de local de confecção, enviado pelo capitão João Dantas – dos Imperiais Itapicuru, ao presidente da província da Bahia, Manoel Inácio da Cunha Meneses – visconde do Rio Vermelho (abril-maio de 1827). Manuscrito do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA: Seção Colonial-Provincial, série Agricultura – Correspondência enviada pelo Diretor Geral dos Índios... MAÇO 4614.

⁶ Cf. MADUREIRA, Casemiro de Sena (Diretor Geral dos Índios da Bahia). Ofício enviado ao Presidente da Província da Bahia, João Maurício Vanderlei (Cidade da Bahia, 20 de outubro de 1854). Manuscrito do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA: Seção Colonial-Provincial, série Agricultura – Correspondência enviada pelo Diretor Geral dos Índios... MAÇO 4612.

Casa da Torre (motor da disputa com os jesuítas), solicitou ao Padre Provincial dos franciscanos a cessão de alguns missionários para as aldeias do rio São Francisco. O pedido foi atendido e sabe-se, com segurança, que os franciscanos substituíram os jesuítas nas aldeias de Caruru, Rodelas e Axará (Acará ou Oacará), na região das missões de Rodelas. Mas, sobre as aldeias da região de Itapicuru (Itapicuru, Marassarará e Jeremoabo) e Jacobina (São Francisco Xavier), Willeke admite não haver dados suficientes sobre o que realmente aconteceu após a saída dos jesuítas. Existe o dado de que, em 04 de novembro de 1698, a Junta das Missões, deliberando sobre o retorno dos jesuítas às aldeias abandonadas, decidiu “ser melhor encarregar-se outra Ordem religiosa, visto que D. Leonor sentia bastante repugnância à Companhia de Jesus” (WILLEKE Op. Cit.: 86-87).

É preciso lembrar que havia animosidades e disputas entre jesuítas e franciscanos, o que ficaria claro no episódio da expulsão dos inacianos na região de Rodelas. Além disto, a ordem dos franciscanos possuía uma relação diferenciada por parte da Casa da Torre. Não obstante haver conflitos entre os missionários franciscanos e os Garcia de

Ávila, ainda que se estabelecessem tréguas entre a Casa da Torre e outras ordens como a dos jesuítas e a dos capuchinhos, o missionamento da Ordem dos Frades Menores (OFM) recebeu um suporte material importante daquele senhorio, provendo-se assim parte indispensável do sustento das missões naquela região. Dessa forma, a família Ávila doava diariamente um boi a cada aldeia de franciscanos em suas terras, munindo também as capelas com paramentos (WILLEKE, Op. Cit: 107). Isso criou entre a Casa da Torre e suas aldeias franciscanas uma espécie de padroado que enredava os aldeados e os apóstolos da OFM ali atuantes no tecido das relações de poder que gravitavam em torno daquele poderoso potentado.

Dessa forma, é muito provável que as missões de Itapicuru, Marassarará e de Jacobina tenham sido retomadas pelos franciscanos. Não se trata de uma aquisição, devido às circunstâncias em que foi feita a retirada dos jesuítas, mas, antes, uma reorganização ou re-fundação. Em Jacobina Velha havia a aldeia de São Francisco Xavier, que reunia cariris sapoyás, separenhenhupãs, secaquerinhéns, borcás, cuparãs e payáyás. Havia uma aldeia específica dos payayás que durou pouco ali, sendo seus

índios migrados para a aldeia de Serinhaém, em Camamu. Em 07 de maio de 1705, a princesa regente de Portugal, Catarina de Bragança, decretou ordem régia concedendo licença para que Antônio da Silva Pimentel erigisse uma igreja na região de Jacobina. Pimentel era identificado como senhor e possuidor das terras onde ficava a aldeia dos índios, mencionados na ordem régia como payayás. Determinava-se mais que o referido proprietário deveria nomear clérigo idôneo, com o apoio do arcebispo. O documento fala que os índios já eram “domésticos com os brancos e muitos já instruídos na fé católica”. Tudo leva a crer que se tratava da aldeia de São Francisco Xavier das Jacobinas, que reunia índios não somente do grupo payayá. Willeke assinala não haver informações claras sobre a construção da igreja, mas que, no ano de 1706, os franciscanos foram encarregados da Missão do Senhor Bom Jesus da Glória de Jacobina (Op. Cit.: 93).

O caso de Massacará reforça a teoria de re-fundação franciscana dos núcleos abandonados pelos jesuítas. Massacará (dos franciscanos) e Marassacará (dos jesuítas) eram compostas pelo mesmo grupo étnico: os caimbés ou catrimbis (katrimbis). Tinham também a mesma invocação: Santíssima

Trindade, sendo bastante plausível corresponderem ao mesmo aldeamento em diferentes administrações. O mesmo se pode dizer da Aldeia de Itapicuru de Cima, muito embora Serafim Leite seja mais preciso quanto ao grupo étnico ali existente sob os jesuítas: os boimés. Já Venâncio Willeke marca o etnônimo tupinambá.

Zona do rio Itapicuru e adjacências

Na mesma época em que se estavam formando as missões jesuíticas de Jacobina (por volta de 1666), erigiu-se a aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Natuba (no atual município de Nova Soure), composta por índios da nação kiriri. Natuba era administrada temporal e espiritualmente pelos inacianos, dentre os quais um dos primeiros foi o padre João Mateus Falleto. Jacob Rolando atuou ali, erguendo a primeira igreja do local. Uma segunda igreja foi erguida sob a supervisão do padre Antônio de Andrade, mas o problema de Natuba era o comum a quase todas as aldeias do sertão: a posse fundiária e o controle da mão de obra dos índios. O próprio Antônio de Andrade, já na qualidade de Procurador do Brasil em Lisboa, fez uma representação ao rei expondo a situação dos índios em 1717: aldeados antes da chegada dos colonos à

região, ainda não tinham seu terreno oficialmente demarcado, sofrendo, por seu turno, com a invasão de suas terras por parte dos curraleiros.

O principal ponto de conflito se dava com Gaspar Carvalho da Cunha, proprietário das terras em que a aldeia estava encravada. As denúncias feitas por Antônio de Andrade, quando retornou à aldeia em visita, apontaram Gaspar Carvalho como aliciador dos índios, tratando-os “como escravos dos seus escravos, mandando prender a estes por qualquer coisa e trazê-los à sua presença amarrados”. As terras reservadas aos índios também eram motivo de descontentamento da parte do missionário, pois era brejeira, permitindo plantação apenas no verão, “e ainda em tão somente pouca terra”, havendo o risco de as chuvas fortes, comuns ali, baldarem a cultura agrícola. Por conta disso, os índios, durante as chuvas e no inverno, plantavam no sítio Bendós, a mais de cinco léguas do núcleo da aldeia. O apóstolo via nesses fatores o grande obstáculo à catequese junto aos kiriri de Natuba (ANDRADE *apud* LEITE, Op. Cit.: 287-288).

Nos sertões, outro núcleo indígena erigido pelos inacianos foi a Aldeia de Santa Tereza de Canabrava, também de

índios kiriri. Situava-se “no vasto tabuleiro, à esquerda do rio Itapicuru” e o seu território estava compreendido dentro da jurisdição do atual município de Ribeira do Pombal. O aldeamento foi fundado em 1667 por João de Barros e Jacob Rolando, mas foi o padre Jacques Cocleo o responsável por reerguer a missão, a partir de 1672, período marcado pelo atentado da Casa da Torre aos aldeamentos vizinhos de Massacará, Jeremoabo e Itapicuru. Por estar fora dos limites da sesmaria de Garcia de Ávila, sua igreja e casa de residência não foram afetadas. Cocleo encetou a construção de nova igreja, mas enfrentou dificuldades na catequese, devido ao apego dos índios ao culto de *Varakidrã* (*Uariquidzã*). A aldeia recebeu um aporte de índios kiriris. Esse ingresso ocorreu entre 1678 e 1679, quando, devido à guerra empreendida contra os kiriris, muitos índios daquela nação foram levados à Cidade da Bahia como cativos. Os jesuítas intervieram no sentido de remeter os prisioneiros para Canabrava, a fim de serem doutrinados (LEITE, Op. Cit.: 289-290).

Também se assinala o aldeamento jesuítico da Ascensão do Senhor de Saco dos Morcegos, composto por índios de etnia kiriri. A aldeia situava-se onde hoje é o atual distrito de Mirandela, da jurisdição

do município baiano de Banzaê. Por ser a aldeia muito próxima à Massacará, Serafim Leite credita a João de Barros a fundação de Saco dos Morcegos. A sua localização dificultava a produção agrícola, havendo constante assolamento devido às secas, gerando escassez de água e mantimentos. Isso contribuía para a manutenção do sistema de migrações sazonais entre os índios. Antônio Vieira buscou mudar o sítio da aldeia, mas, ao que parece, a avidez dos curraleiros por terra impediu a concretização dessa proposta.

Os índios das três aldeias (Saco dos Morcegos, Natuba e Canabrava) realizavam serviços “de caráter público, sendo requisitados... para as expedições que se organizavam oficialmente”. Trabalhavam como vaqueiros, percebendo salários ou jornais, ajudando a conduzir as boiadas provenientes dos currais da zona do São Francisco e do Piauí. As aldeias serviam como “estalagens de repouso” aos que se direcionavam para o rio São Francisco ou aos que, dos sertões, buscavam a cidade de Salvador, sejam eles boiadeiros, sejam eles missionários (LEITE, Op. Cit.: 290-292). Isso também ocorreu com as missões das outras ordens

religiosas, conforme se vê com Massacará e Nossa Senhora das Neves do Saí, aldeias administradas pelos franciscanos (WILLEKE, 1974: 82)

Rodelas e Ilhas do São Francisco

Na região do rio São Francisco erigiu-se outro importante complexo de missões. Da parte dos jesuítas, empreenderam-se as Missões de Rodelas⁷, nas quais teve atuação importante o padre João de Barros. Organizaram-se os aldeamentos de Rodelas, Ilha de Zorobabé ou Sorobabé (Sorobabel), Acará (Oacará) e Curumambá. Rodelas é assinalada como composta por índios prokás, enquanto que Acará tem a mesma designação dos índios ali aldeados (akroás ou acarás), embora, em relação das aldeias capuchinhas (administradas pelos capuchinhos italianos), consta a aldeia de Axará, outra denominação para Acará, composta por índios prokás e pankararus ou brancararus (REGNI, 1988a: 211). Zorobabé tinha a sua população constituída pelos carurus (ou Pankararus). A dúvida existe sobre a nação dos índios componentes do aldeamento de Curumambá. Existe menção de que esses índios eram denominados de rodelas ou rodeleiros (LEITE, Op. Cit.: 302; REGNI,

⁷ As missões de Rodelas localizavam-se na região do atual município de mesmo nome, entre os estados de Bahia e Pernambuco.

1988.: 212).

Tal como ocorrera com as aldeias das regiões de Jacobina e Itapicuru, a organização das Missões de Rodelas foi marcada pelo conflito entre missionários, de um lado, e os curraleiros e a Casa da Torre de Garcia de Ávila, de outro. Por ordem do governador geral dom João de Lencastro procedeu-se à demarcação das terras dessas aldeias, o que foi feito pelo padre superior das missões de Rodelas, Felipe Bourel. Essa demarcação recebeu a oposição dos Garcia de Ávila e seus curraleiros. Com o apoio de índios aldeados em Vargem, empreendeu-se a expulsão do missionário da aldeia de Acará. A aldeia de Vargem era um núcleo administrado à época pelos Padres Borbônicos⁸. Os índios da Vargem eram aliados do procurador da Casa da Torre de Garcia de Ávila, o sargento-mor Antônio Gomes de Sá.

O episódio da expulsão do missionário deu-se em 26 de julho de 1696. No mesmo dia, os índios da Vargem procederam à expulsão do administrador do aldeamento de Curumambá, padre Agostinho Correia. Em 27 de julho de 1696, foi expulso o missionário jesuíta da aldeia da Ilha de Zorobabé. Juntamente à

expulsão, procedeu-se à destruição das igrejas e casas de residências jesuíticas nos citados aldeamentos. Segundo depoimento de Felipe Bouriel, a sugestão de expulsão dos jesuítas de Rodelas foi feita por um padre franciscano de nome Agostinho, “o qual assistindo em casa do Sargento-maior Antônio Gomes de Sá... falou com outros brancos em como era bom e acertado botar fora aos Padres da Companhia (LEITE, Op. Cit.: 301).

A investida dos índios de Vargem deu-se por ordem das “senhoras da Torre”, que administravam aquele senhorio após a morte de Francisco Dias de Ávila. As “senhoras da Casa da Torre” eram Catarina Fogaça (irmã de Francisco Dias de Ávila) e sua filha, Leonor Marinho Pereira (sobrinha e viúva de Francisco Dias de Ávila). Antes desses episódios, Francisco Dias de Ávila (pouco antes de morrer) havia feito aliança com os índios de Rodelas, a fim de que não estes se opusessem aceitassem à chegada dos padres da Companhia de Jesus. Após apelo do Reitor do Colégio da Bahia, o rei de Portugal ordenou, em 20 de janeiro de 1698, uma devassa sob a coordenação do ouvidor da comarca de Sergipe. Dom Pedro II ainda determinou a imediata

⁸ Posteriormente Vargem será adquirido pelos capuchinhos franceses, como mais adiante veremos (REGNI, 1988a: 210).

restituição dos jesuítas e reedificação das Casas de Residência e Igrejas. Ao governador geral, El-Rey incumbiu nomear juízes ordinários a cada cinco léguas na jurisdição da Bahia, com o propósito de conhecer dos crimes dessa natureza e enviar ao ouvidor da comarca da Bahia. A Companhia de Jesus desistiu de levar adiante o processo e solicitou ao rei permissão para se abster das missões de Rodelas. Dom Pedro II aceitou a escusa jesuítica sobre as missões de Rodelas, mas ordena a continuação do processo, “para se castigarem os culpados”. Os índios da Vargem, nesse ínterim, se refugiaram na Serra do Ibiapaba (entre os atuais estados do Ceará e do Piauí). Fazendo uma análise sobre esse conflito, Serafim Leite revela muito da situação dos aldeamentos indígenas dos sertões, oprimidos pelos sesmeiros:

O caso das Aldeias de Rodelas, com ser assim tão desagradável para os Padres, que nelas estavam, foi útil para os índios, e veio a por a descoberto a situação perigosa dos latifúndios demasiado grandes. Ainda que os sesmeiros deveriam dar terras para os índios, a indeterminação da lei colocava praticamente na mão deles toda a vida religiosa e civil, impedindo a colonização progressiva e a criação de Aldeias e povoados. E se se criavam, ficavam esses novos povoados em situação de arbitrária dependência, incompatível com a isenção e autoridade necessárias para repreenderem os crimes contra a liberdade humana e

moralidade pública, cometidos pelos senhores da terra e seus empregados e dependentes (LEITE, Op. Cit.: 306).

Após os graves conflitos com os curraleiros, os jesuítas adotam modificações nas suas missões pelos sertões. Para os sertões de Jacobina e Itapicuru, foram sugeridas concentrações de aldeias. Assim, aldeias menores seriam reunidas às maiores. Esse foi o caso de Saco dos Morcegos, Natuba e Canabrava. Natuba acabou por reunir 05 aldeias, perfazendo, em 1717, cerca de 800 índios. Em Canabrava, como se viu, houve um aporte de índios kiriris prisioneiros das guerras ocorridas nos sertões. Saco dos Morcegos assinala a presença de índios moritises⁹, revelando a incorporação desse grupo aos kiriris-kipeás ali assentados desde a fundação da missão. A julgar pelas informações, os moritises também devem ter sido acrescentados às aldeias de Natuba e Canabrava, assim como na de Jeru. Em Natuba, assinala-se a presença de índios natus, levando a pensar que kipeás, natus e moritises se dividiam dentre as cinco aldeias reunidas. Há ainda os orizes-procazes, pacificados e aldeados nesses núcleos no século XVIII, após oferecerem

⁹ Sobre a menção aos moritises associados aos kiriris em Saco dos Morcegos, ver a seguinte referência: Relação do número de aldeias de índios, que se criaram em vilas, nomes que se lhes deram na sua criação, com a notícia de suas situações: Bahia, 24 de abril de 1759. Manuscrito do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA Seção Colonial/ Dossiê Índios, maço 603

dura resistência.

No sertão de Rodelas, apesar do pedido de escusa, os jesuítas mantiveram uma aldeia “11 léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso”, no rio das Rodelas. Ao que parece é o mesmo aldeamento de Rodelas, sendo que parte dos índios situou-se no rio Caraíbas, outra parte na missão e fazenda Urubumiri e São Brás – em território alagoano - e outra porção na fazenda Jaboação, em Sergipe. A aldeia dos índios carurus, outrora na Ilha de Sorobabel, foi transferida para território nas fronteiras entre a Bahia e o Piauí. A aldeia de carurus passou a ter como vizinha a aldeia de Curral dos Bois, recentemente fundada, situada entre os atuais municípios de Sento Sé e Malhadinha, na Bahia. Outra aldeia de Curral dos Bois passou a existir na região de Rodelas, administrada pelos franciscanos.

Camamu e Baixo Sul da Bahia

Na região de Camamu, os jesuítas administravam os aldeamentos de Assunção (atual cidade de Camamu), de Santo André e São Miguel (mais tarde conhecida como Aldeia de Serinhaém, no atual município de Ituberá) e de Nossa Senhora das Candeias (denominado Maraú, situado dentro da jurisdição do

atual município de Camamu). Os índios das aldeias de Camamu, segundo Serafim Leite, eram frequentemente requisitados pelos Governadores Gerais “para as guerras e serviços de caráter público”. Por exemplo, os aldeados de Camamu, liderados pelo indígena Antônio Taveira, participaram da campanha para debelar os índios na Guerra do Recôncavo, episódio comentado adiante. Taveira, nomeado capitão e cabo dos índios, marchou com seus comandados em 1671, juntamente com os índios da aldeia do Espírito Santo. Relata-se que as aldeias e os povoados da região de Camamu eram atacados frequentemente por índios hostis, notadamente os aimorés (gren/botocudos).

A fundação do Aldeamento de Camamu ocorreu por volta de 1679. O núcleo era composto de índios “brasis”, ou seja, de tupinambás. A missão de São Miguel e Santo André provavelmente foi fundada por volta de 1683. Serafim Leite acha plausível que o núcleo tenha recebido índios das antigas aldeias de São Miguel do Taperaguá e Santo André, em Santa Cruz, na capitania de Porto Seguro. Daí a invocação dupla para a localidade. Mas a peculiaridade do aldeamento era o payayá, etnia predominante na missão, a partir da década de 1670. Os payayás são típicos da

região das Jacobinas, conforme se viu. O padre jesuíta Antônio de Oliveira – intitulado “o apóstolo dos payayás” – missionou na região das Jacobinas, fundando então um aldeamento com esses índios por volta do ano de 1675. Com a guerra deflagrada contra os payayás, por ordem do governador Alexandre de Sousa Freire, e devido a oposições dos sesmeiros, Antônio de Oliveira pleiteou a mudança do sítio da aldeia. Enfrentou a oposição de João Peixoto Viegas, que tinha a pretensão de remanejar os payayás aldeados para as fronteiras das suas terras, na intenção de criar uma barreira defensiva contra outros grupos de índios hostis. Viegas, Antônio Guedes de Brito e outros potentados do sertão buscavam, junto ao governador geral Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, retirar dos padres da Companhia de Jesus a administração dos índios payayás. Os jesuítas, apesar disso, conseguiram remanejar os índios aldeados em Jacobina para Serinhaém.

A aldeia de Maraú estava localizada em terras outrora pertencentes a Mem de Sá, transferidas posteriormente aos jesuítas. Intitulava-se *Aldeia da Virgem da Purificação junto a Camamu*, mas o seu sinônimo era mais usual na documentação: Nossa Senhora das Candeias. O núcleo era composto por

índios tupiniquins e, desde o início, muitas das suas terras eram arrendadas a particulares, fato que colaborou para o surgimento da freguesia de Maraú, fundada em 1718, um pouco mais ao sul da sede da aldeia. O sítio da aldeia encontrava-se no que é hoje o distrito de Barcelos do Sul, dentro da jurisdição do município de Camamu. A povoação vizinha, composta por arrendatários das terras da missão, cresceu no sítio que corresponde ao atual município de Maraú, extrema sul de Camamu.

Existe a menção ainda ao Aldeamento de Boipeba, fundado no século XVI, na Ilha de Boipeba. Ali havia uma Residência dos Jesuítas e o crescimento da aldeia, no fim do mesmo século, tem a ver com os ataques dos aimorés e com uma política deliberada para evitar que os holandeses fizessem da Ilha de Boipeba um ponto de apoio para a conquista definitiva da Bahia. A trégua estabelecida com os aimorés, a neutralização da ameaça holandesa e o florescimento da região de Camamu concorreram para que a Residência voltasse ao sítio inicial (Camamu), convertendo Boipeba em aldeia de visita, tendo sido suas terras rapidamente tomadas pelos moradores locais e arrendatários. Nomina-se, por sua vez, a

Aldeia de Rio de Contas, situada próxima à foz daquele rio (nos limites do que é hoje o município de Itacaré). Marca-se, além dos índios, a presença de alguns portugueses foreiros (LEITE, Op. Cit: 199-215). O mapa de 1758 marca a etnia gren para esta aldeia, que, de fato, é intitulada Aldeia dos Grens, vinculada à vila de São Jorge dos Ilhéus e convertida em Vila Nova de Almada no ano de 1758. Esses índios foram reduzidos pelo padre jesuíta Agostinho Mendes, coadjuvado pelo coronel da vila de Ilhéus, Pascoal de Figueiredo. Havia, na mesma região da aldeia de Almada, outro aldeamento denominado de Nossa Senhora dos Remédios. Serafim Leite informa ter sido o aldeamento extinto em 1757. No Mapa de 1758, não se assinala sua presença; já a relação de 1861, Nossa Senhora dos Remédios é apontada como aldeia que tinha “ainda selvagens¹⁰ em suas matas e câmara igualmente de posse de seus terrenos e usufruto”. A Câmara Municipal da Vila da Barra do Rio de Contas estava de posse da quase totalidade dos terrenos doados outrora aos índios¹¹. Remédios tem

sua história vinculada à catequese dos capuchinhos italianos, conforme se verá.

Capitania de Ilhéus

Na capitania de Ilhéus os jesuítas fundaram o aldeamento de Nossa Senhora da Escada, mais tarde convertido em Vila Nova de Olivença. Olivença é hoje distrito de Ilhéus. Sua composição étnica, registrada pelo Mapa de 1758, é de tabajaras ou tupiniquins. Todavia, as informações sobre a catequese jesuítica na região dão conta da redução de um grupo de índios denominados socós, “que não falavam a língua geral”, ou seja, não eram do grupo tupi-guarani.

Após vencer a oposição de um indivíduo denominado Xorte, que passara a viver entre os socós, negando-se a aceitar o aldeamento, o padre Inácio Gonçalo do Couto reduziu-os próximo a Olivença, em 1691. O Aldeamento dos Socós deixa de ser mencionado, todavia, a partir de 1702, fato que sugere terem sido os socós aglutinados à população de Olivença (LEITE, Op. Cit: 223-224), embora não haja menção a esta etnia no Mapa de 1758, tampouco na relação encontrada no Maço

¹⁰ Esse é o termo utilizado na documentação oficial para se referir a índios com pouco contato com a sociedade nacional.

¹¹ P.e: MELLO, João Tavares de. Carta do Delegado de Polícia da Barra do Rio de Contas, dirigida ao Diretor Geral dos Índios da Província da Bahia, Casemiro de Sena Madureira (Vila de São José da Barra do Rio de Contas, 27 de maio de 1854). Manuscrito do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA: Seção Colonial-Provincial, série Agricultura – Correspondência enviada pelo Diretor Geral dos Índios... MAÇO 4612.

603 do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Capitania de Porto Seguro

Na capitania de Porto Seguro, há informações de que, no século XVI, os inacianos administravam nove aldeias. Todavia, Serafim Leite pontua apenas conhecer o nome de duas: Santo André – vizinha ao povoado de Santa Cruz, ao norte da sede da Capitania – e São Mateus (cinco léguas ao sul da vila de Porto Seguro). O grande ataque dos aimorés, que culminou com a saída dos jesuítas da capitania, alterou estes índices. Quando do retorno dos padres da Companhia de Jesus, os aldeamentos haviam se reduzido a quatro, três dos quais tem seus nomes revelados. Santo André (em Santa Cruz, já mencionado), era composta de índios tupiniquins, mas teve boa parte dos seus catecúmenos transferidos para as aldeias de Camamu, em 1692. Não figura na lista de 1758, mas é apontado pelos mapas do século XIX (p.e: 1855 e 1861) compondo-se de uma população que gravitava em torno de 40 e 50 aldeados, depopulação que certamente se explica pelas sucessivas transferências do seu contingente.

A aldeia do Espírito Santo também era composta por tupiniquins, mas a relação de 1758 aponta para mistura com

outros grupos indígenas. A redor do ano de 1684, informa-se que a aldeia do Espírito Santo foi reunida à de São João Batista, mas, poucos anos depois, foi reconstituída no rio Patatiba (Buranhém). Ficou então conhecida como aldeia de Patatiba, posteriormente convertida em Vila Verde. Estava situada na jurisdição do atual município de Porto Seguro, no que hoje é o povoado de Vale Verde. São João Batista era outra aldeia dos arredores da vila de Porto Seguro, mas, enquanto Patatiba localizava-se no interior, São João estava sita no litoral. Também era registrada com o nome de São João dos Tupis, denunciando a sua composição étnica: tupiniquim (ou tabajara); converteu-se em Vila Nova de Trancoso, através da legislação pombalina. É o atual distrito de Trancoso, incluso dentro dos limites de Porto Seguro.

Alude-se ainda a trabalhos de catequese jesuítica junto a índios hostis na região do rio de Caravelas (ao sul de Porto Seguro), mas – ao que parece – a missão não rendeu muitos frutos ali, já que, adentrado e muito o século XVIII, a população e os missionários ainda se debatiam para tentar conter os ataques indígenas naquela zona. Os índios das aldeias de Porto Seguro (Espírito Santo e São João) eram frequentemente

requisitados para as expedições de defesa no rio Caravelas (LEITE, Op. Cit: 240-242). Outros núcleos indígenas foram criados como parte do processo de constituição da ouvidoria da comarca de Porto Seguro, no século XVIII, conforme será visto.

O trabalho de missionamento dos franciscanos (Ordem dos Frades Menores – OFM) recebeu impulso significativo a partir de 1679, após um período de paralisação que se iniciara em 1615. Na fase em que vigorava a Custódia de Santo Antônio (que possuía jurisdição sobre o trabalho apostólico na Bahia), o arcebispo de Salvador não reconheceu as prerrogativas extraordinárias dadas ao custódio frei Melchior de Santa Catarina, dentre as quais estava a implantação de aldeamentos para a catequese indígena. Outro fator que muito obstou a catequese da OFM foi a invasão holandesa, que, aliás, concorreu para um interregno no apostolado das outras ordens religiosas. Em 1657 a Custódia de Santo Antônio foi convertida em Província Autônoma de Santo Antônio, que passou a ter atenção especial pela região do Rio São Francisco. Nessa zona, a aliança entre a OFM e a Casa da Torre de Garcia de Ávila traduziu-se numa efervescência de atividades missionárias, acarretando o

estabelecimento de vários aldeamentos. As motivações para isto se davam, segundo frei Venâncio Willeke, em virtude de quatro ordens de fatores: 1º) a descoberta de ouro na região atraiu inúmeros exploradores e aventureiros, aumentando os abusos na escravização dos índios; 2º) O povoamento da região acirrara o problema entre sesmeiros e aldeias no tocante ao controle e administração dos índios; 3º) As ilhas do rio São Francisco constituíam-se pontos estratégicos para assentar aldeamentos indígenas, por ofertarem defesa natural contra índios hostis e colonos e [o mais importante para colonos e missionários] 4º) Os índios ali aldeados apoiariam o processo de conquista e ocupação de território estratégico (que ligava o norte ao sul do país), ajudando a submeter índios “selvagens” e rebeldes, prestando serviços principalmente na atividade pecuária e utilizando as aldeias como locais de pouso para aqueles que buscavam circular entre os sertões e o litoral (WILLEKE, 1974: 81-82).

A atuação dos franciscanos e capuchinhos italianos nos aldeamentos indígenas da Bahia e regiões vizinhas

No território objeto deste trabalho, foram fundados, re-fundados ou adquiridos pelos franciscanos muitos aldeamentos. A aldeia dos Coripós situava-se entre os municípios de Juazeiro e Petrolina e foi adquirida em 1702, não sendo informado, porém, qual ordem havia administrado o aldeamento antes da OFM. A aldeia de Zorobabé foi assinalada por Willeke como sendo fundada em 1702. É possível, porém, que ela tenha sido re-fundada ou reorganizada pelos franciscanos após a expulsão dos jesuítas no final do século XVII, jesuítas esses que haviam levado consigo uma parte dos índios carurus, transferindo-os para a zona de Sento Sé. Pontal foi outro aldeamento administrado pela Província Autônoma de Santo Antônio. Estava localizado na atual Ilha do Pontal (no município de Lagoa Grande-PE) e era composta por índios tamaquins. Sua fundação data de 1705, a mesma data de fundação do aldeamento de Unhunhu (Inhamuns), localizado também às margens do rio São Francisco. Marca-se ainda o aldeamento de Pajeú, na bacia do rio de mesmo nome.

Todas estas aldeias foram empreendidas com a autorização do governo da capitania de Pernambuco. Em 1760 o governo da Colônia decide pela

expulsão dos missionários franciscanos e capuchinhos que atuavam na catequese das regiões de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Abusos e decadência da disciplina entre os capuchinhos e os franciscanos foram os argumentos utilizados para tal decretação. As missões dessas ordens foram extintas, elevando-se à categoria de paróquias ou incorporadas a freguesias já existentes (Op. Cit.: 84-85).

Na Bahia, os franciscanos e capuchinhos puderam continuar os trabalhos de catequese, após 1760. As primeiras missões datam do ano de 1689: Itapicuru de Cima e Massacará (já citadas). Em Rodelas e Acará (Axará), os franciscanos foram sucedâneos dos jesuítas, se bem que os jesuítas ainda mantivessem alguns núcleos em Rodelas (11 léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso. Willeke informa que Axará e Rodelas ficaram pouco tempo sob a direção dos franciscanos. Pietro Regni, tendo como base o documento intitulado *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* (da primeira metade do século XVIII), aponta que essas duas missões foram reassumidas pelos capuchinhos italianos. Dado que se põe em sintonia com o Mapa de 1758, o qual mostra que Rodelas figurava como aldeia ministrada pelos barbadinhos da

península itálica. A missão de Aricobé tem sua fundação assinalada para o ano de 1739. A aldeia tem sua localização inicial às margens do rio São Francisco, sendo posteriormente transferida para a região do atual município de Angical-BA. Sua extinção data do ano de 1860, quando já estava na alçada do clero secular. Nossa Senhora das Neves do Saí foi fundada em 1697, tendo sua extinção em 1863. Situava-se em terras intermediárias entre os atuais municípios de Senhor do Bonfim e Campo Formoso.

Massarandupió, de índios tupinambás, foi adquirida em fase tardia pelos franciscanos: foi administrada pelos carmelitas descalços e, depois, pelos padres marianos até 1831. Sua extinção, após um conflituoso processo de reivindicação de terra entre aldeados, de um lado, e rendeiros e herdeiros da Casa da Torre, de outro, ocorreu oficialmente na década de 1860. A aldeia de Nossa Senhora das Brotas de Jeremoabo foi fundada em 1702, mas foi decretada rapidamente extinta em 1718. Nossa Senhora da Conceição de Pambu foi adquirida em 1702, mas frei Venâncio Willeke não informa das mãos de quem a ordem dos franciscanos a recebeu. Pambu sempre foi área de missionamento capuchinho. A data em que a OFM a

adquiriu é 1702, um ano depois da retirada dos capuchinhos franceses do território da América Portuguesa Colonial. Muito provavelmente os franciscanos tenham substituído os barbadinhos bretões nesse caso. A mesma transferência (dos capuchinhos aos franciscanos) parece ter ocorrido com a aldeia de Aracapá. Aracapá e Pambu voltam aos capuchinhos, quando da fase dos missionários italianos. O aldeamento de Curral dos Bois situava-se na região de Rodelas e tem nos anos de 1702 e 1843, respectivamente, as datas da sua fundação e extinção. São Gonçalo de Salitre, na região do rio Salitre, foi uma aldeia adquirida pela OFM em 1703. Não se registra a data em que ela foi devolvida. Bom Jesus da Jacobina foi fundada em 1706 e extinta em 1847. Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, dos índios tamaquins, surge no mesmo ano de 1706, mas se extingue em 1840.

O apostolado capuchinho junto aos indígenas iniciou-se com os capuchinhos franceses. O fim da invasão holandesa (1654), além do matrimônio do rei dom Afonso VI com dona Maria Francisca de Sabóia (1666) são eventos que impulsionaram esse apostolado. O encerramento do domínio holandês reabriu os sertões para o trabalho de conversão católica, enquanto que a

influência da rainha bretã garantiu proteção aos padres franceses, seus compatriotas. A partir de 1657, os capuchinhos começaram a solicitar à Propaganda Fide, congregação a que a ordem estava vinculada, autorização para ampliar a atuação missionária ao sul de Pernambuco. Em 1669, a atividade apostólica no sertão da Bahia ganha um ponto de suporte na fundação do Hospício Capuchinho de Nossa Senhora da Piedade na cidade de Salvador. O sertão do rio São Francisco passa a ser um polo de atuação missionária.

Na região de Rodelas, os capuchinhos franceses fundaram a aldeia de São João Batista (de Rodelas), nas ilhas compreendidas entre os atuais municípios de Rodelas-BA e Belém do São Francisco-PE. Na região de Aracapé, nas ilhas fluviais do rio São Francisco, floresceram as missões capuchinhas de Aracapé, Cavalo e Pambu¹², composta por índios cariris-dzubukuá-obacoatiaras (os índios de Cavalo acrescentavam o etnônimo tuxá). Assinalam-se ainda, no Baixo São Francisco, no atual território sergipano, as aldeias de São Pedro (em Porto da Folha), de índios aramurus (com posterior

inserção de xocós) e Poxim (em Pacatuba), composta por índios caxagós ou karapatós (cariris). Há ainda a menção a Irapuá e Vargem. Aquela se situava a três léguas a montante de Cavalo (na ilha fluvial à altura do município pernambucano de Orocó) e também era composta por cariris-dzubucuá-obacoatiaras. Esta se situava a seis léguas a montante de Pambu (na ilha à altura do município baiano de Abaré), tendo sido adquirida pelos capuchinhos franceses dos padres borbônicos. Era formada por índios prokás e pankararus (REGNI, 1988a: 209-229).

Regni informa que a aldeia de São João Batista de Rodelas era “formada por seis ou sete ilhotas, entre as quais Setiná [ou Jetinã], a maior, e Aticu [Araticum]”. Situam-se entre os atuais municípios de Rodelas-BA e Belém do São Francisco-PE. O aldeamento de Rodelas foi fundado pelo frei capuchinho Francisco de Donfront, entre os anos de 1671 e 1672. Tinha a si vinculada a missão de Hereripó (ou Aranhipó). O núcleo deixou de ser administrado pelos capuchinhos, passando às mãos dos jesuítas por volta do ano de 1685. Essa substituição ocorreu pela dificuldade de os capuchinhos bretões

¹² Cf. capítulo 01, “Pambu era o nome da ilha fluvial atualmente denominada Assunção, no município pernambucano de Cabrobó. As outras localidades – Cavalo e Aracapé – situavam-se à montante de Pambu, a quatro léguas de distância, no atual município de Orocó-PE. Na outra margem, do lado baiano, encontram-se os municípios de Curaçá, Abaré e Macureré.”

proverem-se de missionários, devido à política portuguesa de restrição aos missionários estrangeiros. Contudo, conforme se viu, após o conflito com a Casa da Torre, os jesuítas cederam lugar aos franciscanos em Rodelas, Axará e Sorobabel-Caruru, após um brevíssimo período de administração capuchinha francesa (novamente) e carmelita. Anos depois as aldeias retornaram aos capuchinhos, só que agora eram os missionários oriundos da Itália.

A fase dos capuchinhos italianos não se deu imediatamente à saída dos seus confrades anteriores. Após a expulsão dos bretões, em 1701, as missões capuchinhas foram assumidas pelos carmelitas e franciscanos. O Hospício da Piedade passou a funcionar como um ponto de descanso para os missionários capuchinhos italianos que, da Europa, se dirigiam à África. O arcebispo da Bahia, nesse ínterim, fez várias solicitações demandando permissão da Santa Sé e da Coroa Portuguesa no sentido de liberar a catequese dos barbadinhos italianos em terra brasileira. O ponto que impedia tal autorização era o financiamento da missão italiana. A Coroa não queria despende soma alguma com esse serviço, alegando ser suficiente o clérigo aqui já existente. A questão foi resolvida pelo coronel Garcia

de Ávila Pereira, filho de Francisco de Ávila Pereira. A família Garcia de Ávila (da Casa da Torre) contabilizou inúmeros conflitos com os missionários capuchinhos franceses, mas ela sempre se anunciava devota de São Francisco. Além disso, a família havia nutrido uma admiração pelos capuchinhos italianos freis João de Romano e Tomás de Séstola, quando dos seus contatos, a partir de 1679. Importantíssima também foi o descontentamento dos Garcia de Ávila e o povo baiano para com o trabalho catequético dos carmelitas (dizia-se que custavam muito e rendiam pouco). Sendo assim, a Casa da Torre dirigiu petição à Corte de Lisboa solicitando autorização para os capuchinhos italianos praticarem seu apostolado na América Portuguesa, comprometendo-se a custear as despesas dessa missão. Como resposta, foi baixado o alvará de 10 de dezembro de 1709, concedendo-se a referida permissão. Já em 1711 encontram-se capuchinhos italianos em Pacatuba, São Pedro de Porto da Folha, Rodelas, Axará, Cavalo, Aracapá, Pambu e Irapuá (REGNI, 1988b: 19-35).

Mas o suporte financeiro dos Ávila não foi para toda a missão do sertão do rio São Francisco. Quando se cria a prefeitura capuchinha na Bahia, centrada no Hospício da Piedade, separam-se as

jurisdições do apostolado da Bahia e de Pernambuco. A Casa da Torre se recusou a oferecer suporte ao trabalho de catequese das missões localizadas em território pernambucano. Além disso, havia sempre a contenda entre as autoridades, principalmente quando se pensa que boa parte dos aldeamentos do sertão são franciscano estava em zona de fronteira entre capitânicas. Assim, se tornou comum o conflito de jurisdição, impactando diretamente na política de catequese. Foi o que ocorreu em 1728 com o missionário capuchinho frei Bernardino de Milão, administrador da missão de Rodelas, cujas terras estavam situadas na jurisdição de Pernambuco e da Bahia. Ocorre que, para controlar os índios da missão, frei Bernardino solicitou o auxílio do mataroa¹³ da Bahia, função que era exercida pelo índio Jorge Dias de Carvalho. A intervenção de Jorge Dias em Rodelas desagradou as autoridades pernambucanas, que haviam determinado a subordinação de todos os índios de seu território ao capitão-mor Diogo Álvares de Oliveira. O episódio culminou com o afastamento do frei Bernardino de Milão da missão de Rodelas. O missionário seria

recrutado para atuar em outra região onde os capuchinhos italianos realizaram apostolado: o sudoeste baiano do Rio de Contas (REGNI, 1988b: 94-95).

A descoberta de jazidas minerais no Rio de Contas abriu espaço para que a expansão colonial se direcionasse para a região. Como a zona era repleta de índios hostis, principalmente os aimorés, cujos ataques marcaram por demais o início da colonização nas terras ao sul da Bahia, as autoridades coloniais lançaram mão de uma política de repressão calcada na guerra. Os missionários seriam a outra face dessa política, a catequese atuando, então, como um vetor de estabilização nas relações entre indígenas e colonos. Visava-se proporcionar a sedentarização dos grupos indígenas, com o intuito de tornarem-nos elementos de defesa dos povoados contra o ataque de outras “tribos”. Como parte dessa estratégia, foi fundado o aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios, na Barra do Rio de Contas, na atual região de Itacaré. O núcleo foi estabelecido em 1728 pelo missionário jesuíta padre José de Jesus e Maria, com a coadjuvação do oblato capuchinho Fidel (Fidélis) Franco Belloto.

¹³ Mataroa era o título dado ao capitão-mor dos índios daquela região. Pietro Regni utiliza a expressão governador dos índios para o mataroa. O provimento desse cargo se dava por indivíduos índios, mas o autor informa não haver certeza se mataroa era um cargo efetivamente ou uma família indígena que exercia comando entre os indígenas da região. O mataroa será também atuante no processo de redução dos índios orizes-procazes da região de Jeremoabo.

A aldeia era composta por índios aimorés (grens). Com a enfermidade do padre José, assumiu a direção da aldeia o capuchinho Bernardino de Milão (que havia se envolvido na contenda com as autoridades pernambucanas em Rodelas). Os índios gren, com efeito, solicitavam a administração da ordem capuchinha, o que passou a ocorrer com a assunção do frei Bernardino. Mas, ao longo de alguns anos, a missão foi abandonada e a razão principal relacionava-se com a carência de pessoal entre os capuchinhos¹⁴. Em 1748, frei Félix Maria de Cremona transferiu os índios de Nossa Senhora dos Remédios para o novo centro missionário fundado na região do rio Una, cuja denominação era São Fidélis ou Aldeia de Una do Cairu.

São Fidélis, hoje distrito do município de Valença, foi aldeamento fundado por frei Anselmo de Andorno em 1745 e reunia índios de matriz tupinambá, aos quais foi incorporado o contingente de aimorés trazido de Nossa Senhora dos Remédios. São Fidélis deixaria de ser governada pelos capuchinhos em 1761, quando o decreto do marquês de Pombal expulsou do Brasil todos os missionários provenientes dos Estados Pontifícios. O aldeamento seguiu sob a administração do

clero secular. Sua história vai até o período imperial. Os índios de São Fidélis exerciam a função de canoeiros no transporte de cargas, principalmente de madeiras, ao longo do curso do rio Una, na direção do florescente porto de Valença.

Carmelitas e clero secular

Os carmelitas também são citados em atividades catequéticas no sertão da Bahia, formando assim aldeamentos. Os carmelitas calçados administraram a aldeia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Real da Praia, composta por índios kiriris. A missão estava vinculada à freguesia de Nossa Senhora da Abadia, na vila de mesmo nome, com invocação Jesus Maria José¹⁵. Os calçadistas também estavam à frente do aldeamento de Japaratuba, localizada dentro dos limites do atual município de mesmo nome. Japaratuba era composta por índios boimés e estava vinculada à freguesia de São Gonçalo, vila de Abadia, com invocação de Nossa Senhora do Carmo. A ala reformada dos carmelitas (descalços) dirigiu o aldeamento de Massarandupió, de índios tupinambás, que tinha como invocação Santo Antônio de Arguim; localizava-se no setor costeiro do atual município de Entre

¹⁴ Por isso, Nossa Senhora dos Remédios não deve ser confundida com o já referido aldeamento dos índios gren administrado pelos jesuítas na mesma região da foz do Rio de Contas, o qual foi convertido na Vila de Nova Almada.

¹⁵ Abadia é hoje distrito vinculado ao município de Jandaíra, na divisa costeira entre Bahia e Sergipe.

Rios – BA (DANTAS, SAMPAIO & CARVALHO, 1992: 445)¹⁶. Massarandupió foi transferida para a administração da Ordem dos Padres Marianos, segundo notícia Muniz Barreto (página 72 verso).

Havia as aldeias entregues à administração do clero secular, também chamado de religiosos do hábito de São Pedro. Na Bahia, assinalam-se as seguintes aldeias nestas condições: Poxim (vinculada à vila de São Jorge dos Ilhéus, freguesia de São Boaventura, composta por índios meniãs ou mongoiós/camacãs), no atual distrito de Poxim do Sul, município de Canavieiras; Aramaris e Manguinhos (respectivamente compostas por índios kiriris e caramurus, vinculadas à vila de Água Fria, freguesia do Espírito Santo), no atual município de Aramaris; e Água Azeda (aldeia cuja localização e demais informações não constam da lista de 1758). Sob a administração do clero secular, na relação de 1758, também é registrado o aldeamento de Salitre (vinculado à vila de Urubu de Cima, freguesia de Santo Antônio). Salitre havia sido adquirido pelos franciscanos em 1703, mas Willeke informa ter ficado essa

missão pouco tempo sob a direção da OFM. Já foram citados os casos de Santo Antônio de Maragojipe e de Jaguaripe do Rio da Aldeia, antes nas mãos dos jesuítas, doravante sob a direção do clero secular. Menciona-se também a aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres, vinculada à vila de Jequiriçá, freguesia da Estiva. Os documentos consultados não mencionam o grupo indígena componente de Prazeres, mas ela estava em área de incidência do grupo tupinambá. Havia ainda as aldeias da Conquista de Pedra Branca e Caranguejo. Eram compostas por índios cariris-kamurus e cariris-sapoyás. Hoje se situam dentro da jurisdição do município de Santa Terezinha (DANTAS, SAMPAIO E CARVALHO, Op. Cit.).

Conclusão

O esforço de assinalar os aldeamentos fundados no território baiano no Período Colonial e século XIX pode ser lido a partir da ótica das políticas indigenistas e também de uma história da catequese e missionamento no Brasil. De fato, quando se fala em aldeamentos, remete-se a estratégias coloniais para

¹⁶ Ver também, para o caso das três aldeias dos carmelitas, o mapa de 1758. Para a aldeia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Real da Praia, ver o seguinte documento: FREITAS, Francisco Aires de Almeida. Ofício do ouvidor da comarca da Bahia endereçado à Presidência da Província da Bahia (Bahia, 05 de agosto de 1826). Manuscrito do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA)/ Seção de arquivos coloniais e provinciais/ Governo da província- Série Judiciário: correspondências das ouvidorias – MAÇO 2213.

manejar os grupos indígenas que entravam em contato com a sociedade envolvente. Um universo existe no que tange às estratégias dos próprios indígenas na sua experiência de contato ou mesmo à vida de diversas populações fora do aldeamento, em diversas aldeias, reconstruindo suas vidas, suas alianças e sua dinâmica de guerra e paz. De fato, a palavra aldeamento tem sido usada para se referir àqueles núcleos erigidos a partir de políticas indigenistas e, com efeito, é esse o sentido adotado nesse trabalho.

Por outro lado, a tentativa de localizar e elaborar um perfil histórico de tais núcleos pode-se coadunar com a revisão da história indígena, já que, nesses estudos mais recentes, destaca-se uma forte preocupação em identificar a importância das populações indígenas na história do Brasil, além do seu protagonismo. Detectar a quantidade dos aldeamentos fundados em diversos

períodos históricos, nas várias regiões do que hoje é a Bahia, perceber a permanência desses povoados ao longo de significativo espaço de tempo, permite inferir sobre a significativa presença dos diversos grupos indígenas na história da Bahia e de suas várias regiões. Da mesma forma ocorre ao se constatar as fortes disputas em torno do estabelecimento de exploração da mão de obra indígena e do controle sobre os aldeamentos: não é possível contar a história da Bahia sem inserir nessa narrativa a experiência de grupos como os kiriri (sapoyás, kipeás, dzubukuás, kamurus...), payayás, maracás, tupinambás, tupinikins, boimés, caimbés, maxakalis, pataxós, gren, kamakãs, moritises, akroás, prokás, parkararus e diversos outros que, pela sua imensa variedade e complexidade nos caminhos históricos trilhados, não caberiam neste trabalho.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Beatriz G, SAMPAIO, José Augusto e CARVALHO, Maria do Rosário. Os povos indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras-FAPEESP-SMC, 1992. p. 431-456.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. 1945.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O Tempo da Dor e do Trabalho** – a conquista do território indígena nos Sertões do Leste. Tese (doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História (UNICAMP), 1998.

REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil**. Vol. 1 (os capuchinhos franceses). Salvador: Editora Pallotti. 1988. (a)

_____. **Os Capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil**. Vol. 2 (os capuchinhos italianos). Salvador: Editora Pallotti. 1988. (b)

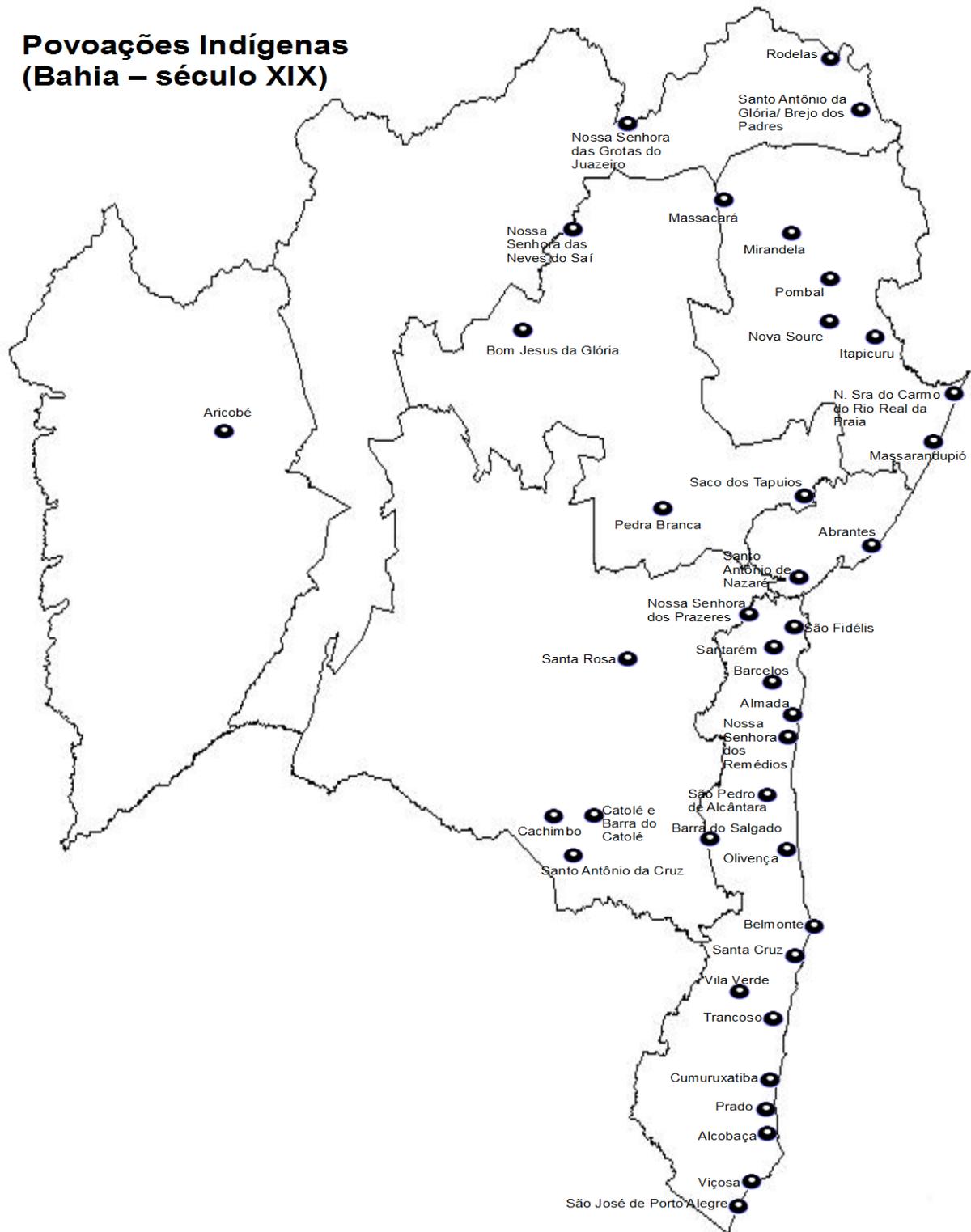
SANTOS, Sólton Natalício Araújo dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2011.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no Médio São Francisco: indígenas, vaqueiros e missionários**. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2003.

WILLEKE, Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil (1500-1975)**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. 1974.

Anexo

**Povoações Indígenas
(Bahia – século XIX)**



Extraído da tese de doutorado do autor, cuja referência é a que se segue: REGO, André de Almeida. Terra, Trabalho e Identidade indígena na Província da Bahia: 1822-1862. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2014.